



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PAUTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
10º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

16 DE DEZEMBRO DE 2013

MENSAGENS DO PODER EXECUTIVO

01- PROJETO DE LEI 733/2013 - Mensagem nº 181/2013

Autor: Poder Executivo

Revoga o Artigo 2º da Lei nº 9.118, de 1989 que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Engenheiro Beltrão.

RELATOR: DEP. CAÍTO QUINTANA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 9.118/1989. Súmula: Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Engenheiro Beltrão o imóvel que especifica.

Art. 2º. O imóvel objeto da doação de que trata esta Lei fica gravado com a cláusula de inalienabilidade que deverá constar do respectivo título e será exclusivamente destinado à construção da sede da Escola do Trabalho de Engenheiro Beltrão, revertendo automaticamente ao patrimônio do Estado caso lhe seja dada outra destinação.

02- PROJETO DE LEI 760/2013 - Mensagem nº 188/2013

Autor: Poder Executivo

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Rebouças

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK.

03- PROJETO DE LEI 761/2013 - Mensagem nº 187/2013

Autor: Poder Executivo

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso à pastoral da criança, do imóvel que especifica.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JÚNIOR.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PROJETOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

04- PROJETO DE LEI 763/2013

Autor: Tribunal de Justiça

Dispõe sobre a convocação de servidor ocupante de cargo efetivo do quadro de pessoal do 1º grau de jurisdição para integrar equipes de trabalho, forças tarefas, comissões, correições e inspeções, bem como para atuar como servidor auxiliar na Corregedoria-Geral da justiça, conforme especifica.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

05- PROJETO DE LEI 764/2013

Autor: Tribunal de Justiça

Cria 6 (seis) cargos de juiz de direito substituto da comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a lei estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA.

PROJETO DECRETO LEGISLATIVO

06- PROJETO DECRETO LEGISLATIVO 02/2013

Autores: Dep. Plauto Miró e Dep. Valdir Rossoni

Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

PROPOSIÇÃO DE VETO

07- PROPOSIÇÃO DE VETO 25/2013

Autor: Poder Executivo

Veto o Projeto de Lei Complementar nº 08/2013, de autoria do Deputado Francisco Buhner, que altera a lei complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

08- PROPOSIÇÃO DE VETO 26/2013

Autor: Poder Executivo

Veto o Projeto de Lei nº 084/20012, de autoria da Deputada Marla Tureck, que autoriza o Poder Executivo a instituir o programa Estadual de Segurança da Mulher – Prosem no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

RELATOR: DEP. TERCÍLIO TURINI

09- PROPOSIÇÃO DE VETO 27/2013

Autor: Poder Executivo

Veto ao Projeto de Lei nº 620/2012 autoria do Deputado Fernando Scanavaca, que altera o artigo 1º da lei nº 14.855 de 19 de outubro de 2005.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

10- PROPOSIÇÃO DE VETO 28/2013

Autor: Poder Executivo

Veto ao Projeto de Lei nº 159/2012, de autoria dos Deputados Rasca Rodrigues e Pastor Edson Praczyk, que estabelece procedimentos para o acondicionamento e transporte de pranchas de surf, e semelhantes em bagageiros apropriados nos ônibus utilizados no serviço de transporte intermunicipal de passageiros, nas linhas que tenham em seu itinerário os Municípios do litoral do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

11- PROPOSIÇÃO DE VETO 29/2013

Autor: Poder Executivo

Veto ao Projeto de Lei nº 421/2013, de autoria do Poder Executivo, que objetiva o poder executivo a efetuar a doação de imóvel que especifica ao instituto paranaense de cegos.

RELATOR: DEP. TADEU VENERI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PROJETOS COM RETORNO DE DILIGÊNCIA

12- PROJETO DE LEI 443/2013

Autor: Dep. Mauro Moraes

Dá nova redação aos dispositivos que especifica, da lei nº 12.903/00.

RELATOR: DEP. BERNARDO RIBAS CARLI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 12.903/2000. Súmula: *Dispõe sobre competições denominadas rodeios, que passam a ser reconhecidas como esporte e adota outras providências.*

Art. 1º. *A competição esportiva denominada rodeio passa a ser reconhecida oficialmente como esporte e será regida por esta lei.*

§ 1º. *São modalidades de competição no rodeio as montarias cronometradas e por tempo, com cavalos e touros, três tambores, baliza, cela americana, "team roping", "bulldogging" e "bareback".*

§ 2º. *Para os efeitos desta lei são desportistas de rodeio, além dos atletas, todos os profissionais envolvidos no espetáculo, entre eles, montadores, salva-vidas, árbitros, marinheiros e locutores.*

Art. 2º. *A Federação Paranaense de Rodeio, responsável pelo controle e normalização do esporte, deverá manter comissão de árbitro, comitê técnico-sanitário e veterinário, tribunal desportivo e departamento de assistência social aos desportistas.*

Parágrafo único. *O comitê técnico-sanitário e veterinário deverá ser constituído por três médicos veterinários, sendo no mínimo, um deles, obrigatoriamente representante do serviço público estadual.*

Art. 3º. *Para a realização de rodeio, a entidade promotora do evento deverá:*

I - estar filiada e obter autorização da Federação Paranaense de Rodeio;

II - contratar tropeiros e companhias de rodeio cadastradas no comitê técnico da Federação;

III - manter seguro de vida e acidentes pessoais para os desportistas envolvidos no evento, e de responsabilidade civil;

IV - providenciar ambulância equipada para atendimento emergencial e operada por profissionais de saúde, em conformidade com as normas que disciplinam a segurança em espetáculos públicos;

Art. 4º. *Qualificam-se como entidades promotoras de rodeio os clubes, as sociedades e as ligas constituídas para essa finalidade, sem fins lucrativos.*

Art. 5º. *A proteção à integridade física dos animais compreenderá o transporte dos locais de origem ao local do evento, a recepção do animal, respectiva acomodação, manejo e montaria.*

Parágrafo único. *O comitê técnico-sanitário e veterinário poderá suspender a atividade do rodeio sempre que as condições estabelecidas neste artigo não estejam sendo cumpridas ou na iminência de serem descumpridas.*

Art. 6º. *É vedada a prática ou abstenção de ato que importe em danos à condição de sanidade física dos animais, tais como:*

I - privação de alimento e de higiene;

II - uso, para qualquer fim, de aparelho que provoque choques elétricos, de esporas de roseta com pontas, de quinas ou de ganchos perfurantes.

Parágrafo único. *Excluem-se da vedação do "caput":*

I - esporas conforme modelos não agressores, aprovados pela Federação Paranaense de Rodeio e assim reconhecidos pelas entidades internacionais de rodeio;

II - cedens confeccionados em lã, algodão ou material adequado para não ferir o animal e desprovido de acessórios que importem lesões físicas;

III - barrigueiras confeccionadas com largura mínima de 17 cm (dezessete centímetros), apropriadas para não causar desconforto ao animal.

Art. 7º. *O resultado das competições de rodeio de base e do profissional, deverá ser encaminhado à Federação Paranaense de Rodeio, para efeito de "ranking" estadual, que por sua vez o encaminhará à Confederação Brasileira de Rodeios.*

Art. 8º. *Esta Lei entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PROJETOS DE LEI EM 1ª DISCUSSÃO

13- PROJETO DE LEI 411/2013

Autor: Dep. Tadeu Veneri

Institui mecanismo de controle do patrimônio público, instituindo o fundo de provisões para quitação de encargos trabalhistas dos empregados das empresas prestadoras de serviços contratados pelo Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

14- PROJETO DE LEI 498/2013

Autor: Dep. Tadeu Veneri

Torna obrigatória a instalação de porta eletrônica de segurança nas agências dos correios com banco postal.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

15- PROJETO DE LEI 614/2013

Autor: Dep. Adelino Ribeiro

Dispõe sobre a obrigatoriedade de informar o percentual da diferença entre os preços da gasolina e o etanol, e dá outras providências.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

16- PROJETO DE LEI 501/2013

Autor: Dep. Luciana Rafagnin

Institui o dia 11 de outubro como o dia de Reflexão e Campanha pela Adoção no Estado do Paraná, em favor do cumprimento do Artigo 163 e do § 2º do Artigo 19, do Estatuto da Criança e do Adolescente..

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

17- PROJETO DE LEI 321/2013

Autor: Dep. Ney Leprevost

Institui como Patrono do Comércio do Estado do Paraná, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Cerro Azul.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

18- PROJETO DE LEI 671/2013

Autor: Dep. Stephanes Júnior

Institui a campanha sobre guarda responsável de animais domésticos no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO

19- PROJETO DE LEI 598/2013

Autor: Dep. Evandro Júnior

Torna obrigatória a utilização de identificador eletrônico de vagas nos estacionamentos pagos dos shoppings centers, centros comerciais, supermercado, hipermercados, edifícios garagem, aeroportos e rodoviárias.

RELATOR: DEP. BERNARDO RIBAS CARLI

20- PROJETO DE LEI 599/2013

Autor: Dep. Evandro Júnior

Dispõe sobre o local para colocação de prospecto informativo sobre o combate à dengue nas floriculturas, supermercados e lojas que comercializam vasos, adornos ou recipientes, localizadas no âmbito do Estado.

RELATOR: DEP. TERCÍLIO TURINI

21- PROJETO DE LEI 595/2013

Autor: Dep. Rasca Rodrigues

Regulamenta a forma de estabelecimento das dimensões mínimas de lotes permissíveis, em loteamentos e condomínios horizontais, situados dentro das seguintes APAS e UTPS e adota outras providências.

RELATOR: DEP. TADEU VENERI

22- PROJETO DE LEI 597/2013

Autor: Dep. Dr. Batista

Isenta os veículos táxi, quando estiverem a serviço, da cobrança de tarifas, nas rodovias pedagiadas, no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

23- PROJETO DE LEI 581/2013

Autor: Dep. Francisco Buhner

Regulamenta a colheita do pinhão.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

24- PROJETO DE LEI 657/2013

Autor: Dep. Rasca Rodrigues

Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao PADRE MÁRIO CAPODIFERRO.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

25- PROJETO DE LEI 689/2013

Autor: Dep. Dr. Batista

Institui a semana de conscientização e combate à AIDS na terceira idade, a ser realizada anualmente na primeira semana de dezembro.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

26- PROJETO DE LEI 428/2013

Autor: Dep. Nereu Moura

Revoga a autorização concedida para construção da usina hidrelétrica Baixo Iguaçu, no Estado do Paraná.

NOMEADO NOVO RELATOR: DEP. TERCILIO TURINI

27- PROJETO DE LEI 672/2013

Autor: Dep. Adelino Ribeiro

Regulamenta no âmbito do Estado do Paraná o estabelecido em Resolução nº 1.673/03 do Conselho Federal de Medicina, e dá outras providências.

RELATOR: DEP. TERCILIO TURINI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Resolução n. 1.673/2003/CFM: *A Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos é adotada como padrão mínimo e ético de remuneração dos procedimentos médicos para o Sistema de Saúde Suplementar.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

O Conselho Federal de Medicina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e,

CONSIDERANDO que lhe cabe, juntamente com os Conselhos Regionais de Medicina, zelar e trabalhar, por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho ético da Medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exerçam legalmente (artigo 15, letra h da Lei nº 3.268/57);

CONSIDERANDO que para que possa exercer a Medicina com honra e dignidade o médico deve ser remunerado de forma justa (artigo 3º do Código de Ética Médica);

CONSIDERANDO a aprovação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, por ocasião do X Encontro Nacional das Entidades Médicas, realizado em Brasília-DF, em maio de 2003;

CONSIDERANDO o decidido na Sessão Plenária de 7 de agosto de 2003,

RESOLVE:

Art.1 - Adotar como padrão mínimo e ético de remuneração dos procedimentos médicos, para o Sistema de Saúde Suplementar, a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, incluindo suas instruções gerais e valores.

Art. 2 - Os valores relativos aos portes de procedimentos deverão ser determinados pelas entidades médicas nacionais, por intermédio da Comissão Nacional de Honorários Médicos.

Parágrafo único - As variações, dentro das bandas determinadas nacionalmente, serão decididas pelas Comissões Estaduais ou Regionais de Honorários Médicos, levando-se em conta as peculiaridades regionais.

Art. 3 - Revogue-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

28- PROJETO DE LEI 704/2013

Autor: Dep. Gilberto Martin

Institui no estado do Paraná o dia 20 de novembro, como o Dia de Oração e Ação pela Criança.

RELATOR: DEP. PR EDSON PRACZYK

PROJETOS DE AUTORIA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE ANÁLISA TÍTULOS DE UTILIDADE PÚBLICA

29- PROJETO DE LEI 579/2013

Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Pedro Lupion e Dep. Tercílio Turini.

Altera a redação nº 7.626/1982.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 7.626/1982. Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RONDON – APAE, com sede e foro na cidade de Rondon.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

30- PROJETO DE LEI 675/2013

Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima e Dep. Tercílio Turini.

Revoga as leis nº 11.808/1997, 11.984/1997, 12.029/1998, 12.177/1998, 12.496/1999, 12.519/1999, 12.538/1999, 12.571/1999, 12.682/1999, 12.768/1999 e 12.890/2000.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 11.808/1997. Súmula: Declara de utilidade pública o Educandário Nossa Senhora Aparecida, com sede e foro no município de Francisco Alves.

Lei 11.984/1997. Súmula: Declara de utilidade pública o "Instituto Dr. Elias Abrão", com sede e foro no município de Curitiba.

Lei 12.029/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Nova Vida, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Lei 12.177/1998. Súmula: Declara de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo de Paranacity, com sede e foro no município de Paranacity.

Lei 12.496/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Mirim Ribeirão- Clarense, com sede e foro no município de Ribeirão Claro.

Lei 12.519/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Fraternidade Beneditina Mãe da Divina Providência, com sede e foro na cidade de Maringá.

Lei 12.538/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Casa Lar- Sociedade Assistencial Ebenézer, com sede e foro no município de Jaguapitã.

Lei 12.571/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária – Núcleo de Toledo, com sede e foro no município de Toledo.

Lei 12.682/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação Lions Clube Curitiba- Centro, com sede e foro nesta Capital.

Lei 12.768/1999. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro Presbiteriano de Proteção à Infância e à Maternidade de Ponta Grossa, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Lei 12.890/2000. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação Harbarium de Saúde e Pesquisa, com sede e foro no município de Colombo.

31- PROJETO DE LEI 676/2013

Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima e Dep. Tercílio Turini.

Revoga as leis nº 7.141/1979, 9.583/1991, 9.636/1991, 9.685/1991, 9.688/1991, 9.740/1991, 9.753/1991, 9.762/1991, 9.766/1991, 9.805/1991, 9.864/1991, 9.867/1991, 9.912/1992, 9.924/1992 e 9.928/1992.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 7.141/1979. Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS CRISTÃOS, com sede e foro na cidade de Irati.

Lei 9.583/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública o Instituto Monte Sinai de assistência social, com sede e foro na cidade de Goioerê, Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Lei 9.636/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário do Centro de Atendimento Integrado ao Deficiente, com sede e foro nesta Capital.

Lei 9.685/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Ilha Bela, de Curitiba- Pr.

Lei 9.688/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Guarda Mirim de Porto Rico- Pr.

Lei 9.740/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DO SFUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS de Realeza.

Lei 9.753/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rorarianos de Catanduvas- Pr, com sede e foro no município de Catanduvas- Pr.

Lei 9.762/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública a AMUPS- Associação de Microunidades de Produção e Prestação de Serviços de Curitiba e Região Metropolitana.

Lei 9.766/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação do Alcoólatra, com sede e foro na Cidade de Assaí, Estado do Paraná.

Lei 9.809/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Batalhão de Suez- Regional do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Lei 9.864/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Lar do Jovem Estudante Luterano- ALAJEL, com sede e foro nesta Capital.

Lei 9.867/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Docentes da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, ADEMBAP, com sede e foro nesta capital.

Lei 9.912/1992. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Clubes de Mães do município de Maria Helena.

Lei 9.924/1992. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Social Evangélica Shalon Betel, com sede e foro no município de Siqueira Campos.

Lei 9.928/1992. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Ventania- ASDECO,, município de Ventania- Paraná.

32- PROJETO DE LEI 677/2013

Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima e Dep. Tercílio Turini.

Revoga as Leis nº 10.384/1993, 10.402/1993, 10.415/1993, 10.424/1993, 10.718/1994, 10.780/1994, 10.839/1994, 10.849/1994, 10.854/1994, 10.924/1994, 10.925/1994, 10.939/1994, 11.320/1996, 12.153/1998 e 12.160/1998.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 10.384/1993. Súmula: Declara de utilidade pública o Cempas - Centro Maripaense de Promoção e Assistência Social, com sede e foro no município de Maripá.

Lei 10.402/1993. Súmula: Declara de utilidade pública estadual o Centro de Promoção ao Menor Nossa Senhora das Graças, com sede e foro na cidade de Londrina.

Lei 10.415/1993. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Fundação Torre Forte de Apoio ao Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - FADAEC, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Lei 10.424/1993. Súmula: Dá nova redação ao art. 1º da Lei 8.510, de 30/06/87, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Educandos, Pais e Educadores, com sede e foro nesta Capital.

Lei 10.718/1994. Súmula: Declara utilidade pública a Pastoral dos Portadores de Deficiência de Londrina, com sede e foro na cidade de Londrina - Pr.

Lei 10.780/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores, com sede no Distrito de Paranagá, município de Sertaneja, Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Lei 10.839/1994. Súmula: Declara de utilidade pública o Clube das Senhoras do Conjunto Habitacional Monteiro Lobato, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Lei 10.849/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Federais Aposentados - Paraná, ASFA/PR, com sede e foro nesta Capital.

Lei 10.854/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação das Crianças e Adolescentes de Clevelândia", com sede e foro naquele Município.

Lei 10.924/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação do Menor de Rua de Paranavaí, com sede e foro em Paranavaí.

Lei 10.925/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação Cultural Rainha da Paz de Cascavel, com sede e foro na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Lei 10.939/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação Serafim Meneghel, com sede e foro na cidade de Bandeirantes.

Lei 11.320/1996. Súmula: Declara de utilidade pública a AMECAM- Associação dos Meninos de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Lei 12.153/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade Filantrópica Luz, com sede e foro na cidade de São Jerônimo da Serra.

Lei 12.160/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Educacional Vigilantes Mirins de Alto Paraná, com sede e foro no município de Alto Paraná.

33- PROJETO DE LEI 678/2013

Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima e Dep. Tercílio Turini.

Revoga as Leis nº 10.608/1993, 10.611/1993, 10.731/1994, 10.759/1994, 10.778/1994, 10.810/1994, 10.846/1994, 10.948/1994, 10.987/1994, 11.048/1995, 11.081/1995, 11.193/1995, 11.194/1995, 11.199/1995 e 11.296/1995.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 10.608/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Presidente Tancredo Neves, com sede e foro nesta Capital.

Lei 10.611/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Jardim Cecília, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré.

Lei 10.731/1994. Súmula: Declara de utilidade pública o Asilo São João Batista, no Município de Tapejara - PR.

Lei 10.759/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Quatro Barras, com sede e foro no Município de Quatro Barras.

Lei 10.778/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Ouro Verde, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais - Pr.

Lei 10.810/1994. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a Associação de Moradores do Jardim Guarany, com sede e foro no Município de Campo Largo.

Lei 10.846/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Embiguaçu e Morro da Cocada, com sede e foro no Município de Paranaguá - Pr.

Lei 10.948/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Vila Lindóia e Região, com sede e foro no município de Curitiba-Pr.

Lei 10.987/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Pousada São Francisco de Assis de Marilândia do Sul, com sede e foro no município de Marilândia do Sul, Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Lei 11.048/1995. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Campo Bonito, com sede e foro no Município de Campo Bonito.

Lei 11.081/1995. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Marquinho, no Município de Cantagalo

Lei 11.193/1995. Súmula: Declara de utilidade pública estadual o Conselho das Entidades de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural da Comarca de Marilândia do Sul-CONEDAEC, com sede e foro na Cidade de Marilândia do Sul.

Lei 11.194/1995. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Caieiras - AMOCA, com sede e foro no Município de Guaratuba.

Lei 11.199/1995. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Renais Crônicos de Umuarama e Região - ARECURE, no Município de Umuarama.

Lei 11.296/1995. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Progresso, com sede e foro na cidade de Curitiba/Pr.

34- PROJETO DE LEI 679/2013

Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Revoga as leis nºs 10.365/1993, 10.367/1993, 10.399/1993, 10.401/1993, 10.412/1993, 10.423/1993, 10.425/1993, 10.445/1993, 10.457/1993, 10.477/1993, 10.523/1993, 10.537/1993, 10.586/1993, 10.604/1993 e 10.607/1993.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 10.365/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Fumicultores e Agricultores de Rio do Sul, com sede no município de Rio Azul.

Lei 10.367/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Jardim Dom Bosco.

Lei 10.399 /1993. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Creche Maria Aparecida de Lima, com sede e foro no Município de Campina da Lagoa.

Lei 10.401/1993. Súmula: Declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Residencial Buriti", com sede e foro em Curitiba.

Lei 10.412/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação AVELINO PIACENTINI/FAP, entidade privada sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Campo Mourão - Pr.

Lei 10.423/1993. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Parque N.S. das Graças, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Lei 10.425/ 1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Veneza - ACOVE, com sede e foro no município de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Lei 10.445/1993. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro de Promoções Humanas São Carlos de Paula de Freitas, com sede e foro na Comarca de União da Vitória.

Lei 10.457/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Proprietários de Veículos de Transporte Escolar de Curitiba, com sede e foro no município de Curitiba.

Lei 10.477/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade Cultural e Beneficente "Martinho Lutero", no município de Céu Azul.

Lei 10.523/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Creche e Pré - Escolar "Crisálida", com sede e foro no município de Colombo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Lei 10.537/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Ambientalista Bandeira Verde, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Lei 105.86/1993. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Creche "Menino de Deus", no município de Curiúva.

Lei 10.604/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Palmital, com sede e foro no município de Pinhais, neste Estado.

35- PROJETO DE LEI 680/2013

Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Revoga as leis nºs 11.126/1995, 11.158/1995, 11.190/1995, 12.251/1998, 12.274/1998, 12.284/1998, 12.286/1998, 12.299/1998, 12.367/1998, 12.431/1999, 12.483/1999, 12.498/1999, 12.582/1999, 12.634/1999 e 12.692/1999.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 11.126/1995. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores de Vila Sibisa, com sede e foro nesta Capital.

Lei 1.158/1995. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a Associação de Moradores Jardim Belo Horizonte, Fazendinha, com sede e foro no Município de Curitiba- Pr.

Lei 11.190/1995. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Doutor Camargo- Pr, com sede e foro no município de Doutor Camargo.

Lei 12.251/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Diretores de Escolas Públicas de Educação de Jovens e Adultos da rede Estadual do Polo Curitiba- ADEJA, com sede e for nesta Capital.

Lei 12.274/1998. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro de Auxílio à Vida São Gabriel, com sede e foro nesta Capital.

Lei 12.284/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Talita, com sede e foro na cidade Pinhais.

Lei 12.286/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto Primavera, com sede e foro no município de Luiziana.

Lei 12.299/1998. Súmula: Declara de utilidade pública o Instituto de Ecologia e Biodiversidade do Brasil- IEBI, com sede e foro nesta Capital.

Lei 12.367/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a entidade denominada Bom Samaritano, com sede e foro nesta Capital.

Lei 12.431/199. Súmula: Declara de utilidade pública o Recanto Shalon, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Lei 12.483/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação Pré-Escolar Padre José de Anchieta, com sede e foro nesta Capital.

Lei 12.498/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do jardim Alto Tarumã e Jardim D. Joaquina II, com sede no município de Pinhais e foro no município de Piraquara.

Lei 12.582/1999. Súmula: Declara de utilidade pública, o Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Rio Branco do Sul, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul.

Lei 12.634/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância- APMI, com sede e foro no Município de Quedas do Iguaçu.

Lei 12.692/1999. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro de Atendimento Familiar Santa Rita, com sede e foro nesta Capital.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

36- PROJETO DE LEI 686/2013

Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Revoga as lei nºs 11.796/1997, 11.798/1997, 11.807/1997, 11.823/1997, 11.826/1997, 11.865/1997, 11.882/1997, 11.932/1997, 12.051/1998, 12.036/1998, 12.132/1998, 12.185/1998, 12.190/1998, 12.763/1999 e 12.798/1999.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 11.796/1997. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pinheiros e Roma, com sede e foro nesta Capital.

Lei 11.798/1997. Súmula: Declara de utilidade pública o "Instituto de Reabilitação de Queimados Dr. José Cardoso de Azevedo", com sede e foro nesta Capital.

Lei 11.807/1997. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Kosmos - AMAJAKO, com sede e foro nesta Capital.

Lei 11.823/1997. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Jardim Santa Rita, com sede e foro na cidade de Londrina.

Lei 11.826/1997. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Moradores Uberaba de Baixo, com sede e foro nesta Capital.

Lei 11.865/1997. Súmula: Declara de utilidade pública o Instituto Afro-brasileiro do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba.

Lei 11.882/1997. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Ensino 19 de Dezembro, com sede e foro nesta Capital.

Lei 11.932/1997. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Amparo aos Adolescentes Corinto Marciliano Sobrinho, com sede e foro no Município de Porecatu.

Lei 12.05/1998. Súmula: Declara de utilidade pública o Instituto El Shaday de Desenvolvimento Social - ISEDES, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Lei 12.036/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Monte Moriá de Assistência Social, com sede e foro na cidade de Sengés.

Lei 12.132/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos Jardim Buenos Aires São Miguel Botiatuba e Adjacências, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré.

Lei 12.185/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Igreja Evangélica Pentecostal Povo Unido, com sede e foro nesta Capital.

Lei 12.190/1998. Súmula: Declara de utilidade pública o "Conselho de Saúde da Região Norte - COSNORTE", com sede e foro no município de Londrina.

Lei 12.763/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Belém de Assistência Social, com sede e foro nesta Capital.

Lei 12.798/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Filantrópica da Igreja Presbiteriana Renovadora da Fazendinha, com sede e foro na cidade de Curitiba.

37- PROJETO DE LEI 687/2013

Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Revoga as lei nºs 13.015/2000, 13.075/2001, 13.082/2001 e 13.107/2001.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 13.015/2000. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Apucarana, com sede e foro no município de Apucarana.

Lei 13.075/2001. Súmula: Declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Pesca, Empresas de Pesca, Transformação, Artesanais e em Geral de Guaratuba - SINTRAPESCA, com sede e foro no município de Guaratuba.

Lei 13.082/2001. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Atendimento à Família e Infância do Distrito de Porto Novo, com sede no município de Adrianópolis e foro no município de Bocaiuva do Sul.

Lei 13.107/2001. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro Desportivo, Recreativo, Assistencial e Profissional - CENDRAP, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

38- PROJETO DE LEI 688/2013

Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Revoga as leis nºs 9.677/1991, 9.876/1991, 9.927/1992, 9.933/1992, 10.048/1992, 10.108/1992, 10.286/1993, 10.325/1993, 10.326/1993, 11.340/1996, 11.388/1996, 11.546/1996, 11.675/1997, 11.693/1997 e 11.846/1997.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 9.677/1991. Súmula: Declara como de utilidade pública a Associação dos Vice-Prefeitos do Paraná - VICEPAR.

Lei 9.876/1991. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Frederico Ozanan, com sede e foro na comarca de Cruzeiro do Oeste.

Lei 9.927/1992. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro de Estudos de Antropologia Gnóstica, com sede e foro na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

Lei 9.933/1992. Súmula: Declara de utilidade pública a Escola Batista de Curitiba, ensino de pré-escola e 1º grau, com sede e foro na cidade de Curitiba/PR.

Lei 10.048/1992. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Amigos do Museu de Arte Contemporânea, Museu da Imagem e do Som e Museu Paranaense - AA-MAC/MIS/MP, com sede e foro nesta Capital.

Lei 10.108/1992. Súmula: Declara de utilidade pública a entidade o "CLUBE DE ENGRAXATE E PEQUENO TRABALHADOR", com sede e foro no município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

Lei 10.286/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Creche Sagrada Família, com sede e foro em União da Vitória.

Lei 10.325/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação das Senhoras da Vila Operária - ASVO, com sede na cidade de Paranavaí.

Lei 10.326/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Mamborê, com sede e foro no município de Mamborê, Estado do Paraná.

Lei 11.340/1996. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro Assistencial à Família Rural, com sede e foro na Cidade de Cascavel.

Lei 11.388/1996. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento e Apoio à Criança - ADAC da Cidade de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Lei 11.546/1996. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação das Mães Carentes e Colaboradoras de Pontal do Sul - AMACAR, com sede em Pontal do Sul e foro no Município de Paranaguá.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Lei 11.675/1997. Súmula: Declara de utilidade pública o Lar-Escola Santa Terezinha do Menino Jesus, com sede no Município de Paçandu e foro na Comarca de Maringá, Estado do Paraná.

Lei 11.693/1997. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres "Castro Alves", da Escola Estadual "Santa Maria Goretti", com sede e foro no Município de Maringá.

Lei 11.846/1997. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores Unidos de Nova Galícia, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

39- PROJETO DE LEI 709/2013

Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Anibelli Neto; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Revoga as leis nºs 10.084, de 21 de setembro de 1992; nº 11.684, de 6 de fevereiro de 1997; nº 12.445, de 13 de janeiro de 1999; nº 12.505, de 22 de janeiro de 1999; nº 13.098, de 16 de janeiro de 2001 e nº 13.247, de 3 de agosto de 2001.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 10.084/1992. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Cultural e Beneficente KAIROS, com sede e foro na cidade de Maringá.

Lei 11.684/1997. Súmula: Declara de utilidade pública as Aldeias Infantis S.O.S. Brasil, com sede e foro na cidade de Goioerê.

Lei 12.445/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Recreativa e Beneficente Afonso Pena, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Lei 12.505/1999. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas Sentinelas do Pago, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais.

Lei 13.098/2001. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Caridade, Proteção à Maternidade e Infância de Rio Negro, com sede e foro no município de Rio Negro.

Lei 13.247/2001. Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade Civil Beneficente Mater Dei, do município de Curitiba.

40- PROJETO DE LEI 710/2013

Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Anibelli Neto; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Revoga a lei nº 13.099, de 16 de janeiro de 2001.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 13.099/2001. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Rádio Comunitária Jerusalém- AERCOJ, com sede e foro na Cidade de Diamante do Norte.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

41- PROJETO DE LEI 711/2013

Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Anibelli Neto; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Revoga a lei nº 10.582, de 13 de dezembro de 1993.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 10.582/1993. Súmula: Declara de utilidade pública o Hospital Nossa Senhora das Graças de Nova Esperança.

42- PROJETO DE LEI 712/2013

Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Anibelli Neto; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Revoga as leis nºs 11.323, de 17 de janeiro de 1996; 10.274, de 17 de maio de 1993; 16.712, de 23 de dezembro de 2010; 12.568, de 8 de junho de 1999; 14.331, de 16 de fevereiro de 2004 e 14.673, de 1º de março de 2005.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 11.323/1996. Súmula: Declara de utilidade pública a Guarda Mirim de Guaíra, com sede e foro na Cidade de Guaíra.

Lei 10.274/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Creche "São Francisco de Assis de São Tomé", com sede e foro no Município de São Tomé-Pr.

Lei 16.712/2010. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Gerando Saúde Mental, com sede e foro nesta Capital.

Lei 12.568/1999. Súmula: Declara de utilidade pública, o Núcleo Terapêutico Menno Simons, com sede e foro nesta Capital.

Lei 14.331/2004. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Internacional Beneficente de Ensino, pesquisa e Desenvolvimento da Cultura e medicina Tradicional Chinesa do Brasil – UNICHIN, com sede e foro nesta Capital.

Lei 14.673/2005. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Colaboradores da Escola para Surdos EPHETA, com sede e foro nesta Capital.

43- PROJETO DE LEI 713/2013

Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Anibelli Neto; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Revoga as leis nº 7.874, de 25 de junho de 1984; nº 10.246, de 8 de janeiro de 1993; nº 11.472, de 16 de julho de 1996 e nº 12.004, de 6 de janeiro de 1998.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 7.874/1984. Súmula: Declara de utilidade pública a “FUNDAÇÃO ARISTIDES DE ATHAYDE”, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Lei 10.246/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a “FUNDAÇÃO CULTURA, EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL SÃO MARCOS”, com sede e foro em Cascavel.

Lei 11.472/1996. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação de Proteção à Infância e à Adolescência F.P.I.A., com sede e foro no Município de Formosa do Oeste.

Lei 12.004/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação Wilson Marcelino Filho, com sede na cidade de Curitiba e foro na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.